

40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Profª. Drª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Belª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

16 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

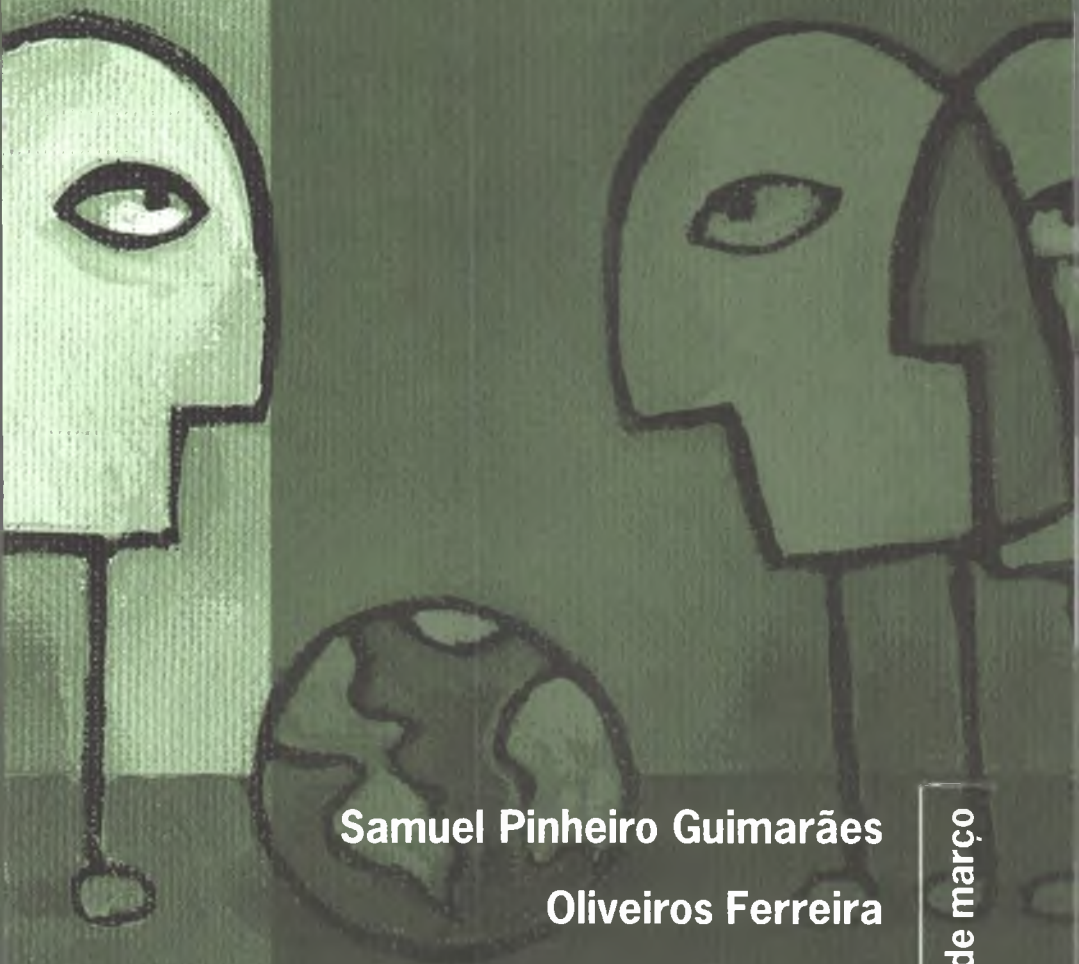
Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499

Brasil no mundo

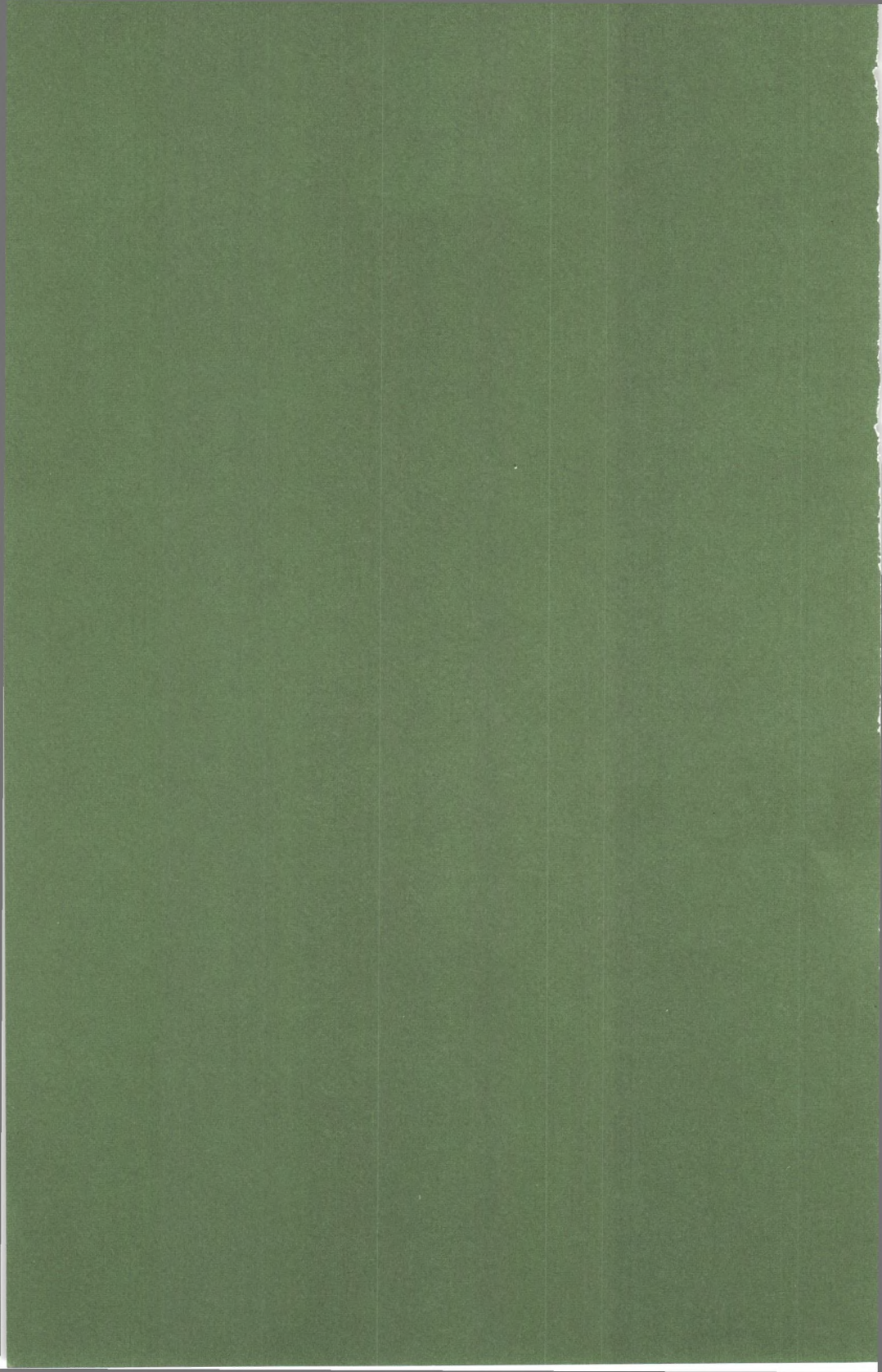


Samuel Pinheiro Guimarães

Oliveiros Ferreira

Amado Cervo

6 de março



Para a Definição de uma Nova Política Externa Brasileira

Amado Cervo

A estratégia latino-americana diante da interdependência global

Nenhuma região do mundo modificou tanto sua estratégia de inserção internacional e implementou com tanta coerência uma nova política exterior como a América Latina dos anos noventa. Os governos que se estabeleceram em 1989–90 nos grandes Estados – Menem na Argentina, Pérez na Venezuela, Gortari no México, Fugimori no Peru e Collor no Brasil – em quase nada diferiam. Nem mesmo na equipe de assessores que se tornaram Ministros de Estado ou assumiram outros cargos. Eram, em sua maioria, jovens economistas formados em Universidades norte-americanas ou técnicos de instituições financeiras internacionais. Esses dirigentes substituíram os compromissos com o passado local pela fidelidade a poucas e novas teorias elaboradas pela inteligência política dos Estados Unidos para promover os interesses daquele país. A influência dos Estados Unidos, portanto, foi determinante para a mudança que ocorreu nas relações internacionais da América Latina.

Amado Cervo é Doutor em História pela Universidade de Strassburg, Professor titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Editor da Revista Brasileira de Política Internacional. Autor de diversos livros como: *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores*, *A Política Externa Brasileira*, *História da Política Exterior do Brasil* e *O Papel da Diplomacia*.

Com efeito, durante os dois mandatos de Ronald Reagan, percebeu-se que convinha prescrever um receituário para a América Latina superar os problemas da dívida, da recessão e da hiperinflação dos anos oitenta por modo a contribuir para a expansão dos negócios norte-americanos na região. Para tanto, os Estados Unidos voltaram a interessar-se por instituições com forte poder de pressão, como o FMI e o Banco Mundial, com o fim de acioná-las regionalmente.

O cânon de Washington prescrevia para os Estados latino-americanos uma onda de reformas em três dimensões. A dimensão econômica compreendia a rigidez fiscal, a abertura dos mercados e do sistema produtivo e de serviços, a privatização com alienação de ativos nacionais, a compressão salarial e do Estado do bem-estar para que o pagamento de compromissos financeiros pudesse ser feito em dia. A dimensão política e de segurança envolvia o abandono da construção de meios modernos de defesa e dissuasão e a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, bem como a todos os demais atos internacionais de proscricção de armas de destruição em massa, para evitar o aparecimento de mais um inimigo. A dimensão ideológica correspondia à prevalência do Mercado sobre outra determinação política, para que capitais e empresas norte-americanas pudessem assenhorear-se do combalido sistema produtivo latino-americano. Em suma, tudo convergia para consolidar a hegemonia norte-americana sobre a América Latina, tanto econômica quanto política e estratégica.

Os dirigentes latino-americanos dos anos noventa rivalizaram entre si no esforço de ser o melhor e o mais leal cumpridor dos preceitos de Washington. O melhor de todos foi o governo de Carlos Saúl Menem. No país vizinho, constituiu-se uma comunidade epistêmica de liberais fundamentalistas dispostos a aplicar de alma e coração tais preceitos. Um dos protagonistas dessa comunidade epistêmica, Ministro das Relações Exteriores de Menem, cunhou,

No Brasil, entretanto, e para o bem da nação, o paradigma do Estado normal produziu menores efeitos comparativos, considerando as graves consequências de sua implementação em países vizinhos. Esse desastroso roteiro que engendrou o esfacelamento e a alienação das economias nacionais, o sucateamento dos sistemas de defesa e a consequente perda de poder sobre o cenário internacional foi contido em parte entre nós. Dois bloqueios obstaram ao triunfo do Estado normal no Brasil.

Por um lado, a tradicional inteligência diplomática do Itamaraty avaliou, desde o início, com muito ceticismo, a ruptura estratégica em curso. Por outro, a opinião pública não apreciou o propósito de pôr fim à Era Vargas, ou seja, ao projeto de nação a construir com base em um desenvolvimento autônomo e ao conceito de interesse nacional que lhe era intrínseco. Embora relutante, Cardoso assimilou essa reação e repassou a seu governo correções de rumo em sua política exterior.

Foi posto em marcha, por força de tais circunstâncias, um terceiro paradigma de relações internacionais, que denominamos de “Estado logístico”. Por essa via de conduta, atenuaram-se, no Brasil, os parâmetros de subserviência, destruição e regressão do Estado normal e corrigiram-se distorções do Estado desenvolvimentista. Por feliz incoerência do governo de Cardoso, o Estado logístico, no Brasil, tendia a proteger, em certa medida, internamente, a empresa, o trabalho, o capital, a tecnologia e o mercado nacionais e a promover a expansão dos interesses brasileiros em âmbito global. Por força de tais circunstâncias, o Brasil avançou menos que outros países sul-americanos pelo trágico caminho que lhes apontava o paradigma do Estado normal.

No Brasil, entretanto, e para o bem da nação, o paradigma do Estado normal produziu menores efeitos comparativos, considerando as graves conseqüências de sua implementação em países vizinhos. Esse desastroso roteiro que engendrou o esfacelamento e a alienação das economias nacionais, o sucateamento dos sistemas de defesa e a conseqüente perda de poder sobre o cenário internacional foi contido em parte entre nós. Dois bloqueios obstaram ao triunfo do Estado normal no Brasil.

Por um lado, a tradicional inteligência diplomática do Itamaraty avaliou, desde o início, com muito ceticismo, a ruptura estratégica em curso. Por outro, a opinião pública não apreciou o propósito de pôr fim à Era Vargas, ou seja, ao projeto de nação a construir com base em um desenvolvimento autônomo e ao conceito de interesse nacional que lhe era intrínseco. Embora relutante, Cardoso assimilou essa reação e repassou a seu governo correções de rumo em sua política exterior.

Foi posto em marcha, por força de tais circunstâncias, um terceiro paradigma de relações internacionais, que denominamos de “Estado logístico”. Por essa via de conduta, atenuaram-se, no Brasil, os parâmetros de subserviência, destruição e regressão do Estado normal e corrigiram-se distorções do Estado desenvolvimentista. Por feliz incoerência do governo de Cardoso, o Estado logístico, no Brasil, tendia a proteger, em certa medida, internamente, a empresa, o trabalho, o capital, a tecnologia e o mercado nacionais e a promover a expansão dos interesses brasileiros em âmbito global. Por força de tais circunstâncias, o Brasil avançou menos que outros países sul-americanos pelo trágico caminho que lhes apontava o paradigma do Estado normal.

Duas orientações de inserção internacional com FHC

A transição do Estado normal para o Estado logístico no Brasil corresponde mais a duas posturas políticas do que aos dois mandatos de Cardoso. Na verdade, esses paradigmas coexistiam, por mais paradoxal que possa parecer. Analisemos alguns dados. Como normal, ou seja, subserviente, destrutivo e regressivo, o governo de Cardoso abriu a porteira da nação aos capitais e empreendimentos estrangeiros que aqui vieram pastar e refestelar-se. Mais de oitenta bilhões de dólares arrecadados com as privatizações foram esterilizados em benefício da especulação financeira. A privatização das Comunicações do Brasil correspondeu à maior transferência de ativos de países em desenvolvimento para o centro do capitalismo de que se tem notícia na História. Como normal, o governo de Cardoso abriu duas novas vias de transferência de renda ao centro, acrescentando, ao tradicional mecanismo histórico dos serviços da dívida, a via dos dividendos e da especulação financeira. Elevou o passivo nacional a níveis condenados pela boa ciência econômica. Como normal, enfim, firmou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, decisão desnecessária para evitar a fabricação de armas nucleares, porém exigida pelos Estados Unidos.

O Estado logístico fortaleceu-se, sobretudo, a partir de 1999, quando a crise brasileira fez compreender a Cardoso que a via do Estado normal “deu em água”, como afirmou Rubens Ricupero. Apontemos algumas manifestações desse outro paradigma de relações internacionais: o tratamento multilateral da das questões ambientais, da segurança, das finanças e do comércio, o conceito político e econômico de América do Sul, a rejeição de uma ALCA americanalhada, a cobrança de reformas no sistema financeiro internacional, a exigência de abertura dos mercados centrais em troca do nacional, a oposição à guerra a países e culturas em nome

da guerra ao terrorismo, a defesa, embora tardia, da Embraer e uma parada na privatização com alienação de grandes empresas nacionais como a Petrobrás e alguns bancos. Essas e outras reações do Estado logístico fizeram Cardoso perder o encanto de que gozava junto ao governo Clinton e atrair olhares enraivecidos do governo Bush. A tradicional rivalidade entre Brasil e Estados Unidos ressurgiu, evidenciando quão longe o mundo está da solidariedade e quão próximo se mantém do conflito generalizado de interesses, como demonstra Moniz Bandeira em seus estudos.

Conclusão: a dança dos paradigmas e a morte da estratégia

Política exterior é política de Estado, não de governo. Tanto assim é que o Brasil de 1990 a 2002 pôs em marcha três paradigmas de política exterior: o Estado normal, que prevaleceu sob Cardoso, o Estado desenvolvimentista, que agonizou, mas não morreu, e o Estado logístico, um ensaio promissor. Essa dança dos paradigmas deve ser levada em consideração pelo futuro governo. O que deseja o Brasil? Prosseguir no caminho de volta à infância social, própria de povos pastores e produtores de café, soja, minérios, que a nada mais aspiram? Ou recuperar a construção de um destino próprio, que traçou há setenta anos, e que, embora solidário, cooperativo, não-confrontacionista, interdependente com o destino de outros povos, zelava, como convém, pelos interesses do emprego, da empresa, da renda do trabalhador, do bem-estar social, do progresso, da relativa autonomia econômica, política e estratégica? O que é que nós queremos?

Ao eleger a abertura como estratégia, os governos liberais dos anos 90 puseram termo à estratégia desenvolvimentista, sem nada

agregar-lhe de construtivo na área externa. Cardoso criou um vazio político, à espera de uma inteligência capaz de reconverter o setor externo em instrumento de realização de interesses brasileiros.

Nota do Editor: O Professor Marco Aurélio Garcia, embora tenha participado do Fórum *Brasil em Questão*, no dia 6 de março – *Brasil no Mundo* –, não pôde encaminhar o texto de sua palestra para publicação, por ter assumido, anteriormente, compromissos profissionais.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* "é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil". É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy